

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## “Educar pel’*O Exemplo*”: imprensa negra do pós-abolição e ensino de história antirracista

Melina Kleinert Perussatto<sup>1</sup>

Nilma Lino Gomes conceituou de “movimento negro educador” o conjunto de ações e lutas promovidas historicamente por sujeitos negros coletivos, incluindo aí periódicos produzidos por e para pessoas negras:

A imprensa negra rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época.<sup>2</sup>

O jornal *O Exemplo* existiu em Porto Alegre entre 1892 e 1930 e consiste em uma das mais longevas experiências de imprensa negra nas Américas. Semelhantemente a outros periódicos dessa natureza, seu projeto político consistia na luta contra o racismo e por direitos, sobretudo à educação, vista como uma das vias de superação das hierarquias raciais em prol de uma sociedade baseada nos talentos e virtudes. Em seu manifesto de refundação, de outubro de 1902, enfatizaram sua norma de conduta, qual seja, “educar pel’*O Exemplo*”, assumindo assim o duplo sentido do nome do jornal e postulando que seus redatores não apenas reivindicavam o direito à educação perante o Estado, mas também procuravam educar-se e educar todas as pessoas, fossem brancas ou negras, por meio da imprensa. Tratava-se, pois, de uma busca por repactuação social.

Assim, pretendemos explorar possibilidades de utilização de um jornal da imprensa negra como fio condutor de um ensino de história fundamentado na educação das relações étnico-raciais e no antirracismo. Destacamos, nesse sentido, que o plano de implementação do artigo 26-A da LDB, que tornou o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena uma política pública educacional no estabelecimentos de educação básica no Brasil, destaca a importância da formação inicial e continuada de

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora Adjunta na área de Ensino de História do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da mesma instituição. Contato: melinaperussatto@gmail.com

<sup>2</sup> GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p. 29.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

professoras/es pelas instituições superiores de ensino e da produção de materiais didáticos, visando o reconhecimento e a valorização da história e das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, com vistas à reparação.

Portanto, de forma específica, apresentaremos resultados parciais dos projetos de pesquisa e extensão voltados à produção de materiais didáticos e à formação de professoras/es realizados no Laboratório de Ensino de História e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como fio condutor biografias, projetos educacionais e pensamentos de um grupo de intelectuais negros reunidos em torno do jornal *O Exemplo*, de Porto Alegre, nos primeiros tempos do pós-abolição. Esperamos, por fim, contribuir com as discussões sobre o ensino de história no âmbito do GT Emancipações e Pós-Abolição.

No processo de redemocratização do país, legislações passaram a projetar sobre o ensino de História a responsabilidade de formar cidadãos críticos e participativos. No entanto, embora a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, tenha estabelecido dentre seus princípios educacionais o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil, 1988) e garantido o respeito à diferença cultural, reconhecendo o caráter pluriétnico do país, conhecimentos, saberes e fazeres de origem africana, afro-brasileira e indígena não foram privilegiados na Lei n. 9.394/1996, que reformulou a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB). Formação para a cidadania e qualificação trabalho se tornaram fundamentos da educação básica, mas vale questionar os limites dessa acepção de educação e dos conceitos de trabalho e cidadania diante da manutenção do currículo escolar eurocêntrico, sobretudo ao não reconhecer outros eixos organizativos da História ou outras matrizes epistêmicas.

A esse despeito, a CF abriu caminhos para a autodeterminação e autodeclaração de povos negros e indígenas. Fruto de uma luta histórica do Movimento Negro (MN), a Lei n. 10.639/2003 alterou a LDB. Ao dar redação ao artigo 26-A, tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino de educação básica no país. Nessa esteira, cinco anos depois, sob a pressão do Movimento Indígena, a Lei n. 11.645/2008 adicionou à redação do artigo a obrigatoriedade do ensino

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da história e da cultura indígena, aprofundando a necessidade de reformulação e descolonização curricular, epistêmica e pedagógica. Esta é a redação final:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 1996).

As áreas de Literatura, Artes e História foram consideradas privilegiadas para o desenvolvimento do conteúdo programático, mas a aplicabilidade da lei compete a todo o currículo escolar. As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (DCNERER) foram instituídas para instrumentalizar a aplicabilidade da lei n. 10.639/2003 e estenderam a abrangência a todas as instituições de ensino, especialmente àquelas voltadas à formação inicial e continuada de professoras/es, impactando também sobre os currículos dos cursos de formação inicial e continuada de professoras/es. Este documento, cujo parecer foi redigido pela Professora Doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, será basilar para o presente projeto, bem como as demais diretrizes, orientações e planos decorrentes das leis que deram redação ao artigo 26-A da LDB.

Na qualidade de política de Estado, este conjunto de normas é uma estratégia político-pedagógica no campo da Educação, com a meta de contribuir no combate e superação do racismo que opera nas práticas individuais, institucionais e estruturais da sociedade brasileira em geral e das comunidades escolares, em específico. A estratégia é atuar no campo dos currículos, numa perspectiva positivadora das ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Disso decorre o que Nilma Lino Gomes chamou de “descolonização curricular”, que não busca a mera substituição das representações, narrativas e eixos organizativos eurocêntricos dos currículos, mas sim uma “mudança estrutural, conceitual,

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

epistemológica e política” (Gomes, 2012, p. 106). Busca-se pela construção de uma convivência e um conhecimento escolar que valorizem a diferença cultural, formando estudantes para uma cidadania ativa e consciente da dimensão pluriétnica da sociedade brasileira. A descolonização curricular, portanto, atua na forma e no conteúdo, nas relações inter-raciais e nas ações pedagógicas.

Além do currículo, apoios de aprendizagem, como o livro e os materiais didáticos e paradidáticos, amplamente presentes em sala de aula e no planejamento docente, são centrais no processo de descolonização curricular. As DCNERER, que também se fazem presentes em editais do *Programa Nacional do Livro e do Material Didático* (PNLD), enfatizaram a necessidade dos sistemas de ensino e todos os estabelecimentos e níveis de Educação Básica e Educação Superior, providenciem, dentre outras coisas:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto este parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) (Brasil, 2004, p. 25).

Nesse sentido, o *Plano Nacional de Implementação das DCNERER*, de 2012, estabeleceu como um de suas principais ações operacionais o eixo construção, aquisição e distribuição de materiais didáticos e o eixo de formação inicial e continuada de professores (Brasil-MEC, 2012). Antes disso, em 2008, a *Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003* enfatizou a importância do PNLD como um espaço de disputas em torno da efetiva aplicabilidade do artigo 26-A da LDB:

Os Programas do Livro do MEC podem se constituir em uma das principais ferramentas de democratização do acesso ao conjunto de saberes e conhecimentos que estão na base, tanto do processo de desenvolvimento do país quanto de seus entraves. Assim, a política de material didático deve necessariamente refletir a diversidade regional em saberes, conhecimentos e dinâmicas sociais e contribuir para o enfrentamento da reprodução de estereótipos e preconceitos racistas, sexistas, entre outros, no ambiente escolar de forma mais efetiva.

Outro aspecto importante é que a escolha do material didático, mediante processo coletivo de discussão relacionado à proposta pedagógica da escola, melhora significativamente a aprendizagem dos estudantes. A Lei n.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10.639/2003, ao estimular a valorização da diversidade étnico-racial, deverá proporcionar maior articulação entre políticas, programas e projetos e entre livros/materiais didáticos e propostas pedagógicas observando e respeitando a localização territorial da escola (Brasil-MEC, 2008).

Ademais, as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, de 2012, que abrangem as DCNERER, destacaram a importância da produção e do subsídio de materiais didáticos para uma educação em direitos humanos, dentro da qual o artigo 26-A e as DCNERER estão contemplados. Em 2015, as *Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008*, reforçaram a importância da construção, aquisição e distribuição de materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos pelos sistemas e estabelecimentos de ensino, valorizando o protagonismo e a autoria indígena nas narrativas e representações positivas e afirmativas sobre suas próprias histórias e culturas nos livros e materiais didáticos.

Na apresentação de um livro fundamental sobre a aplicabilidade das leis 10.639/03 e 11.635/08, Amílcar Pereira e Ana Maria Monteiro nos dizem que são desafios do tempo presente possibilitar aos estudantes a produção de “conhecimentos sobre as sociedades e ações humanas do presente e do passado, em diálogo com o conhecimento histórico produzido pelos historiadores a partir de documentos constituídos como fontes, e com outros diferentes conhecimentos que circulam na sociedade”, bem como viabilizar “a leitura crítica de textos e imagens, e, também, a escrita de suas apropriações-aprendizagens, a (re)construção de representações; selecionar quais saberes, quais narrativas, quais poderes legitimar ou questionar”.<sup>3</sup> Nessa perspectiva,

[...] ensinar História implica enfrentar grandes desafios: superar a tradição que buscou, em diferentes tempos históricos, instituir e legitimar poderes e identidades sociais “únicas” que apagavam diferenças através das histórias nacionais; tornar acessível aos alunos o conhecimento constituído sobre as diferentes sociedades e ações humanas do passado, e não mais a questionável “verdade” histórica; contribuir para a compreensão da historicidade da vida social, para a atribuição de sentido às ações humanas e aos diferentes atores sociais, e para aprofundar o pensamento crítico; desenvolver com os estudantes argumentação capaz de desconstruir discursos discriminatórios orientados por fundamentalismos; compreender que a diversidade das experiências históricas

---

<sup>3</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (Org.). *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 8.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nos constitui como sujeitos na relação com o "outro"; constituir e reinventar tradições e a memória social.<sup>4</sup>

Em minha tese de doutorado associei-me ao conjunto de pesquisadoras/es que problematizam os processos históricos e as relações de poder que produziram silenciamentos, invisibilidades e estigmas sobre a população negra na sociedade, na identidade e na historiografia sul-rio-grandense, explicitando sua agência, pensamento e protagonismo histórico. Em específico, somei-me a pesquisadoras/es que buscam visibilizar agências, pensamentos e protagonismos de pessoas e coletividades negras desde a história da liberdade e da cidadania nas Américas, na virada do século XIX para o XX, problematizando, dentre outras coisas, a redução de tais existências à escravidão no pensamento social brasileiro e, de outra parte, o impacto da perspectiva intelectual negra sobre o processo de reescrita da história do Brasil. Como estratégia pedagógica, articulando pesquisa e ensino de história, o registro e a produção de repertórios diversos e possíveis para uma história (social, política, econômica e cultural) do Brasil que, além de denunciar o racismo e a branquitude, explicita o protagonismo, a agência e o pensamento da população negra.

Desse modo, por meio de uma história social do jornal *O Exemplo*, integrante da imprensa negra de Porto Alegre, entre a fundação (1892) e o fim da segunda fase (1911), busquei por vestígios das trajetórias e projetos familiares, educacionais, profissionais e políticos dos fundadores, seus parentes e outros intelectuais que se somaram ao coletivo. Objetivei, dentre outras coisas, evidenciar que se tratava de um grupo bastante heterogêneo e inserido em diversos espaços de atuação e que, diante da necessidade de denunciar e superar o racismo anti-negro, se mobilizou em torno de um projeto de república, materializado por meio da imprensa, buscando um novo pacto social, para o qual a educação era fundamental. Pautado na igualdade prevista desde a Constituição imperial, o jornal se opunha ao projeto republicano vitorioso, que esteve à serviço de preconceitos, discriminações e desigualdades baseadas em ideias de raça. Buscava, enfim,

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 8-9.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

superar a ideia de raça como estruturante das relações e hierarquias sociais em prol de uma república dos talentos e virtudes, igualitária, livre e fraterna.<sup>5</sup>

Desde os primórdios do século XIX, o Brasil possuía a maior população negra livre ou liberta nas Américas. Quando o Brasil finalmente decretou a Abolição, restavam poucas pessoas na escravidão. Mas a despeito dessas existências, a memória nacional sobre a presença negra no século XIX segue mormente associado à escravidão, em detrimento dos dados significativos e as experiências de liberdade da população negra. Ana Flávia Magalhães Pinto nos diz que o racismo encontrou ressonâncias na forma como se ajustaram as lentes pelas quais se olhou para o passado histórico. Ou seja, como enxergar no passado aquilo que não conseguimos (ou nos recusamos) a ver no presente? O ajuste das lentes, em um processo de reeducação das relações étnico-raciais, vem ampliando os estudos sobre a liberdade negra em tempos de escravidão, como é o caso da tese de Ana Flávia Magalhães Pinto<sup>6</sup>, e vem reestruturando a matriz epistêmica da pesquisa e do ensino história.

Nesse processo de reescrita da História do Brasil, sobretudo do Segundo Reinado e do Brasil Republicano, a interface entre História e Educação é mediada pelo ensino de História. Ou seja, mais do que a produção historiográfica dentro de uma perspectiva renovada, é fundamental que se estreite o diálogo entre saberes acadêmicos e escolares. Nessas convergências, Amílcar Araújo Pereira questionou se, verdadeiramente, as “vidas negras importam” na Educação, nos currículos e no ensino de História. A partir de registros de jornais da imprensa negra que remontam à primeira metade do século XX, nos mostra o compartilhamento e a circulação transnacional de lutas por educação e por currículos antirracistas entre intelectuais negros brasileiros e estadunidenses.<sup>7</sup> Estas são

---

<sup>5</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição* a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c.1892-c.1911). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

<sup>6</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, cidadania e racismo no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

<sup>7</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo. *Black lives matter nos currículos? imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 122-143, abr./jun. 2019, p. 124.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

algumas possibilidades da abordagem sobre as histórias e culturas negras que informaram, inclusive, a elaboração de minha tese de doutorado.<sup>8</sup>

O artigo de Pereira nos mostra, ainda, como as disputas e as lutas educação e por narrativas e visibilidades negras afirmativas e positivas se inserem em um longo processo histórico marcado pela desumanização de vidas negras que, da realidade social, foi transposta para a conformação do código disciplinar da História e do currículo escolar sobre bases eurocêntricas. A contestação a esta matriz excludente, racista e desumana, tem sido protagonizada pelo MN, que pauta uma educação verdadeiramente democrática e plural. Na constituição do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, registrou-se como uma bandeira a “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. Os marcos legais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, em particular a Lei n. 10.639/2003, segundo Pereira, ao ser entendida como fruto dessas lutas históricas, “tem um potencial de mudança cultural ao ser implementada com qualidade acadêmica e compromisso político com uma educação antirracista e democrática”.<sup>9</sup>

Desse modo, a pesquisa foca nas possibilidades de pesquisa e produção de materiais didáticos dentro do campo de estudos das emancipações e do pós-abolição, com ênfase na imprensa negra e nas biografias e trajetórias de intelectuais do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (1892-1930), que se encontra disponível no formato digital em diversos repositórios.<sup>10</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto se baseou nas características da imprensa negra para defini-la como um conjunto de “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesses das populações negras”.<sup>11</sup> Segundo Flávio dos Santos Gomes, a imprensa negra evidencia “como um segmento da população negra brasileira percebeu, concebeu, projetou, construiu e, em outros momentos, iniciou a desconstrução

---

<sup>8</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892-c.1911)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>10</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892-c.1911)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

<sup>11</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*, São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 17-18)

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de sua própria imagem e presença na sociedade”.<sup>12</sup> Mais do que participar dos debates políticos de seu tempo, por esse meio se buscava construir e defender pautas.<sup>13</sup>

O manejo de fontes produzidas por grupos negros (jornais, atas, estatutos, cartas ou diários) e a produção de fontes a partir da história oral (registrado a oralidade de comunidades tradicionais, por exemplo) são centrais para campo de estudos das emancipações e do pós-abolição, assim como a centralidade dos sentidos conferidos pelos sujeitos negros aos processos históricos vividos ou compartilhados. As problematizações em torno da liberdade e da racialização vêm ampliando e sofisticando objetos, problemas e abordagens, viabilizando a produção de repertórios sobre presenças e existências negras para além da escravidão que, longe de ser menosprezada ou minimizada, cede espaço a outras visibilidades e lugares possíveis de presenças negras, com a imprensa, a literatura, as artes, dentro outros campos de atuação.<sup>14</sup>

O jornal *O Exemplo* existiu até 1930, com cerca de mil edições, constituindo-se como uma das mais longevas experiências desta natureza nas Américas. O periódico, nesse sentido, viabiliza a articulação entre educação patrimonial e ensino de História. Em reportagem ao jornal *Correio do Povo* na década de 1970, Oliveira Silveira, um dos mais importantes nomes do MNU e guardiões do periódico, expressou sua preocupação com sua preservação: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre”.<sup>15</sup> Oliveira Silveira foi um dos principais guardiões de *O Exemplo*, cuja coleção se encontra digitalizada e disponível em uma base digital construída pelo projeto *Direito às Memórias Negras*). Outra parte do acervo está na página do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e, alguns exemplares, no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

---

<sup>12</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política: (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, p. 32.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>14</sup> Um primeiro ensaio sobre o campo está em: RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

<sup>15</sup> SILVEIRA, Oliveira. “Três coleções preservam jornal da comunidade negra”, *Correio do Povo* apud ZUBARÁN, Maria Angélica. O Acervo do Jornal *O Exemplo* (1892-1930): Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro, *Revista Memória em Rede*, v. 5, p. 1-16, 2015, p. 7.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Maria Angélica Zubarán, coordenadora projeto *Direitos às Memórias Negras*, que digitalizou o Acervo Oliveira Silveira e outros, disponibilizando um conjunto significativo de número de *O Exemplo* em uma base digital online, nos diz que:

[...] acervos do patrimônio cultural afro-brasileiro, como as coleções do jornal *O Exemplo*, mais do que simples registros de um passado congelado no tempo, são portadores de referência às memórias e identidades de minorias étnicas, que até pouco tempo, eram excluídas das representações oficiais da nação brasileira. Nesse sentido, observa-se a urgência de políticas de preservação desses acervos, que até bem pouco tempo, estavam ausentes nas políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. O edital MINC/UFPE/2013, recentemente aprovado, vem preencher essa lacuna e possibilitar que projetos como *O Direito às Memórias Negras* digitalizem as coleções do jornal *O Exemplo* e as disponibilizem para o acesso público online, contribuindo para que esse acervo possa ser conhecido e utilizado como fonte para novas pesquisas e interpretações de aspectos fundamentais da história e da cultura dos afrodescendentes no sul do Brasil. Cumpre-se, assim, o desejo do poeta Oliveira Silveira, que tanto se empenhou para que *O Exemplo* fosse preservado como um patrimônio cultural afro-brasileiro.<sup>16</sup>

Um ensino de História articulado à educação patrimonial viabiliza a produção de conhecimentos significativos, sobretudo quando há o reconhecimento do valor histórico de lugares, saberes e fazeres próximos aos estudantes. Ao aliar história e memória por meio de valores civilizatórios afro-brasileiros e indígenas (memória, oralidade, ancestralidade, territorialidade etc.), promove-se uma prática pedagógica e uma educação cidadã e ambiental, seja pelo reconhecimento de direitos, como o de usufruir e conviver no espaço da cidade, seja pelo restabelecimento das relações com o meio ambiente, construindo um pacto social democrático, igualitário, fraterno e ecológico. Desse modo, a concepção de material didático também se expande: para além da cultura escrita, memória, oralidade e cultura material tornam-se centrais para o conhecimento das histórias e culturas de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas e para a educação das relações étnico-raciais.

Enfim, minha inserção no campo de estudos sobre as emancipações e o pós-abolição<sup>17</sup>, somada às experiências de produção de um livro paradidático<sup>18</sup> e de docência

---

<sup>16</sup> ZUBARÁN, op. cit., p. 12.

<sup>17</sup> Informações podem ser encontradas em: <<https://emancipacoesabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>> Acesso em 17 de dezembro de 2020.

<sup>18</sup> SILVA, Fernanda; PERUSSATTO, Melina; AMARAL, Sarah; SÁ, Jardélia; ROSA, Marcus; COSTA, Luciano; SANTOS, Santos. *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS; EST Edições, 2017.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na educação básica, apontaram para possibilidades e potencialidades do diálogo entre saberes acadêmicos e escolares. Em um levantamento prévio de materiais didáticos voltados à implementação dos marcos decorrentes do artigo 26-A da LDBEN no Rio Grande do Sul, notamos o protagonismo dos movimentos sociais, especialmente do MN, sendo alguns subsidiados por políticas públicas.<sup>19</sup>

Diante da significativa produção acadêmica sobre *O Exemplo*, a presente pesquisa surgiu também do desejo e da necessidade de divulgar resultados de pesquisas de pós-graduação recentes, ampliando repertórios para a aplicabilidade do artigo 26-A da LDB e a promoção da EREER nas escolas. Uma vez que os materiais didáticos são importantes apoios para a aprendizagem escolar, interrogamos: como articular sua produção com pesquisas de pós-graduação e práticas pedagógicas em ensino de história e educação patrimonial, tendo ainda em vista outras demandas sociais e escolares? Especificamente, como produzir materiais didáticos para o ensino de história e a educação patrimonial nas escolas a partir do levantamento e análise de materiais didáticos já existentes e de pesquisas de pós-graduação, do manejo de recursos digitais e de diálogos com demandas sociais e escolares? Como, afinal, tais materiais didáticos de história podem concorrer para a aplicabilidade do artigo 26-A da LDB e a promoção da EREER nas escolas? A possibilidade de pesquisar e produzir materiais didáticos a partir desses diálogos, parcerias e abordagens é bastante animadora e potente, sobretudo por ampliar o repertório para um ensino de História articulado à educação patrimonial e fundamentado na educação das relações étnico-raciais.

Além disso, consoante à Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) de 1998, e a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) de 2017, baseadas na pedagogia das competências e em outras políticas educacionais neoliberais, defendem uma educação voltada à formação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Isso reforça a centralidade da

---

<sup>19</sup> SOUZA, Andreia da Silva Quintanilha (Org.). *O Negro no Rio Grande do Sul*. Redação de Oliveira Silveira. Porto Alegre: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005; PEREIRA, Lúcia Regina Brito. (Coord.). *Rio Grande do Sul. Africanidades Sul-Rio-Grandenses*. João Pessoa: Editora Grafset, 2012. 216 p. (Coleção *A África está em nós*). Podemos considerar ainda: SANTOS, Irene (Org.). *Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005. 184 p. e SANTOS, Irene (Coord.) *Colonos e quilombolas: memórias fotográficas das colônias africanas de Porto Alegre*: [s.n.], 2010. 128 p.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

releitura dos conceitos de cidadania e trabalho, a partir do referencial do presente projeto, e a importância de nos inserirmos na arena de disputas curriculares e pedagógicas por meio da produção de materiais didáticos. Como nos lembram as DCNERER, a despeito das desumanidades impostas por diversos sistemas de exploração, dominação e opressão ao longo da História, pessoas negras e indígenas teimam em existir, resistir e lutar, protagonizando transformações que, ao fim e ao cabo, beneficiam a todas as pessoas. Há, pois, uma profunda dimensão civilizatória e humanitária na educação das relações étnico-raciais.

Sobre a compreensão da EREER com projeto de sociedade e pacto civilizatório, não apenas como política pública educacional, Carla Meinerz nos diz que “A busca de novos modos de agir e viver é premissa que a diferencia, pois pressupõe que educa-se nas e para as relações, para o bem viver, numa perspectiva multidimensional. Ao mesmo tempo, essa proposição desestabiliza os modos de educar predominantes nos projetos hegemônicos, brancos e eurocentrados”.<sup>20</sup> Portanto, adotar a educação das relações étnico-raciais como princípio do ensino História concorre para o projeto emancipatório encabeçado pelo Movimento Negro que visa não apenas a superação do racismo, mas da raça como estruturante e organizadora das relações de poder. A partir do entendimento de que os movimentos sociais são educadores e de que, juntos, podem promover transformações efetivas, Nilma Lino Gomes defende a unidade na luta pela superação do racismo, do patriarcado e do capitalismo global, rompendo com a colonização do poder, do ser e do saber.<sup>21</sup>

Por isso, o projeto permite ainda uma análise do impacto da branquitude e do racismo nas relações sociais e no ensino de história.

Branquitude e racismo são construções sócio-históricas que estruturam relações de poder baseadas em ideias de raça e remontam aos processos de dominação colonialista e imperialista europeia sobre outros povos e culturas. São, pois, estruturas e estruturantes do social e se expressam, ainda, nas dimensões institucional (ações e decisões político-institucionais e coletivas que perpetuam a dominação de pessoas brancas e as

---

<sup>20</sup> MEINERZ, Carla (org.). *Um equívoco bem intencionado*: possibilidades para pensar o uso do livro didático de história e a educação antirracista. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2019, p. 152.

<sup>21</sup> Gomes, op. cit., 2017.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desigualdades raciais) e individual (atitudes e comportamentos cotidianos).<sup>22</sup> A branquitude, em específico, consiste na construção da identidade racial branca como um lugar de superioridade e de privilégios materiais e simbólicos, cuja invisibilidade nas relações raciais vem sendo sistematicamente desvelada e questionada.<sup>23</sup> Dessa forma, é preciso problematizar como sistemas econômicos, políticos, culturais e sociais construíram e perpetuaram o racismo e a branquitude. Desse modo, como pessoas brancas produzem e reproduzem o racismo e como podem se somar a luta antirracista são perguntas que podem, conforme as DCNERER, fazer com que o polo privilegiado destas relações raciais de poder assumam sua responsabilidade e se comprometam com a luta antirracismo.

“Ao questionar e criticar o ideal de brancura impregnado na sociedade brasileira e a lógica da branquitude construída nas tensas relações de poder, o Movimento Negro constrói um saber emancipatório”, nos disse Nilma Lino Gomes.<sup>24</sup> Nessa tensão entre emancipação e regulação, é fundamental que as universidades descolonizem currículos e o conhecimento, construindo caminhos para que o caráter emancipatório do Movimento Negro concorra para a construção de “subjetividades rebeldes e desestabilizadores que confrontem o racismo”.<sup>25</sup> Na tessitura de confluências entre os movimentos sociais, Gomes sintetiza: “o alvo comum a ser superado para a construção de uma emancipação social conjunta: o racismo, o patriarcado e o capitalismo global, alimentados pelas várias formas de discriminação e pela colonialidade do poder, do ser e do saber”.<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019; BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem racistas: o racismo e a cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*. São Paulo: Perspectiva, 2020; KILOMBA, Grada. *Memórias da plantaçoão*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

<sup>23</sup> BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iracy. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002; BENTO, Maria Aparecida; SILVEIRA, Marly; NOGUEIRA, Simone. *Identidade, branquitude e negritude*. Contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014; CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. A branquitude acadêmica: Volume 2*. Curitiba: Appris, 2020; MULLER, Tania; CARDOSO, Lourenço (Orgs.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017; SOVIC, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009; WARE, Vron (Org.). *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004; SCHUCMAN, Lia. *Entre o “encardido” e o “branquíssimo”*: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

<sup>24</sup> Gomes, op. cit., 2017, p. 117.

<sup>25</sup> ibidem, p. 118.

<sup>26</sup> ibidem, p. 127.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Desse modo, entendemos que a raça se articula a outros marcadores historicamente construídos (classe, gênero, sexualidade etc.), produzindo diferenças, identidades, preconceitos, discriminações e desigualdades. Segundo Patricia Hill Collins, “a interseccionalidade refere-se à percepção crítica de que raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, habilidade e idade operam não como entidades unitárias e mutuamente exclusivas, mas como fenômenos de construção recíproca que, por sua vez, formam complexas desigualdades sociais”.<sup>27</sup> Por isso, a interseccionalidade enquanto campo de estudos interdisciplinar, estratégia analítica e práxis social nos ajuda teórica e metodologicamente na análise do impacto da branquitude e do racismo no processo de produção de materiais didáticos, na seleção de temas e epistemologias, na prática pedagógica, dentre outros procedimentos da pesquisa.

Por fim, dentre as ações em andamento e associadas ao presente projeto está a produção de um recurso educacional digital por meio do projeto de extensão, vinculado à edital de educação à distância, intitulado “Educar pel’*O Exemplo*’: a imprensa negra educando Porto Alegre”. Trata-se de um e-book didático interativo, cujo fio narrativo são as biografias, os projetos educacionais e os pensamentos do grupo de intelectuais negros reunidos em torno do jornal *O Exemplo*. Será hospedado no repositório de recursos educacionais digitais LUME-UFRGS e tem como público-alvo professores/as em formação inicial e continuada e estudantes da educação básica.

Tem como objetivos específicos produzir um recurso educacional digital com uma narrativa histórica desde as biografias, projetos e pensamentos de um grupo de intelectuais negros de Porto Alegre no pós-abolição, reunidos em torno da imprensa negra, ampliando repertórios para um ensino de história alinhado ao artigo 26-A da LDB e às DCNERER; formar professores/as para o uso adequado do material em sala de aula, enfatizando sua importância nos processos de educar e reeducar-se para as relações étnico-raciais.

O e-book didático interativo “Educar pel’*O Exemplo*’: a imprensa negra educando Porto Alegre” possibilitará ainda a transferência de tecnologias digitais para o espaço

---

<sup>27</sup> COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality’s definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

escolar. Esta é uma maneira de promover a cidadania digital, fortalecer as relações étnico-raciais e construir caminhos para as mudanças ainda necessárias rumo ao efetivo cumprimento da referida política de Estado. Destaca-se o ineditismo e diferencial do fio condutor da narrativa do presente recurso educacional digital, que permite não apenas a divulgação das territorialidades e ancestralidades negras e a ampliação de repertórios para a aplicabilidade dos marcos legais citados, mas também transformações nos processos de ensino e aprendizagem fundamentados na EREER.

Enfim, por meio desse projeto desejamos auxiliar professoras/es e estudantes não-brancos a se reconhecerem cotidianamente em materiais didáticos de história e restabelecerem relações com o passado e com o presente, projetando futuros. Desejamos ainda auxiliar professoras/es e estudantes brancos/os a reconhecerem seus privilégios raciais por meio do conhecimento sobre a diversidade humana ao longo da história, com ênfase no protagonismo e nas matrizes epistêmicas de pessoas não-brancas, tornando-se aliadas efetivas na luta pela superação do racismo e por uma sociedade efetivamente justa, fraterna e igualitária.